



O LUGAR DOS SEM-LUGAR: O DISCURSO SOBRE O ATIVISMO MASCARADO NA RUA

Lisiane Schuster Gobatto¹

Neste trabalho, proponho uma reflexão sobre o momento de incertezas e de perplexidade no país com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Em pouco tempo, Michel Temer, ainda enquanto interino, lançou medidas e projetos que vão de encontro ao programa de governo proposto inicialmente pela presidenta e por ele mesmo, quando eleitos para governar o país em 2014. Nos dias que antecederam e sucederam a votação do Senado sobre o impeachment da ex-presidenta, muitas capitais presenciaram manifestações contrárias à decisão e ao governo de Temer.

Nessas condições de produção que a Revista Veja divulgou a notícia “Black blocs vandalizam centro de São Paulo em ato contra Temer”, publicada em seu portal de notícias na internet no mesmo dia da aprovação do impeachment, em 31 de agosto de 2016. Elegi a notícia como objeto deste estudo com o objetivo de analisar a argumentação da revista na discursivização da ação dos black blocs. Para tanto, é preciso sair do nível do enunciado para analisar as posições contraditórias dos sujeitos na imprensa, observando não somente o fio do discurso, mas o processo discursivo. Dessa forma, este trabalho está filiado à Análise do Discurso de linha francesa, que tem como seu fundador Michel Pêcheux.

Despossuídos de uma “cena legítima de interlocução”, tal como os sem-terra nos estudos de Indursky (2002, p. 114), os black blocs, traçam como estratégia política o ataque a prédios públicos, bancos e multinacionais, quebrando vidraças e pichando fachadas. Faz parte da formação discursiva em que os black blocs se inscrevem essa estratégia que visa chamar atenção e dar visibilidade ao movimento, embora seus atos sejam ressignificados pela mídia.

Os black blocs não são um movimento organizado, mas uma tática de agir compartilhada por sujeitos com proximidade de ideias e ideologicamente alinhados. Por isso, o manifestante black bloc de hoje pode ser completamente diferente do de amanhã. Não se trata de um grupo uniforme, mas de sujeitos que se unem, principalmente, pelo anticapitalismo, pelo sentimento de repúdio ao Estado e às formas de democracia representativa existentes e, dessa forma, se identificarem com o movimento anarquista.

A ação direta é sua forma de luta e passou a ser uma estratégia a partir da percepção de que as manifestações pacíficas da parcela injustiçada da sociedade não tinham visibilidade. Eram ignoradas pela grande imprensa. Por utilizarem táticas violentas e subverterem a ordem vigente, logo esses manifestantes passaram a ser identificados pela imprensa e pela mídia de uma forma geral como vândalos.

Toda a estratégia política dos black blocs é traçada na rua. Neste trabalho, entendo a rua como um não-lugar por abrigar “àqueles que não têm um lugar seu, que são errantes e não

¹ Doutoranda em Letras pela UFRGS. Jornalista do IFRS – Campus Sertão. E-mail: lisischuster@hotmail.com.



concentram para sim um espaço entre os lugares políticos já existentes [...]” (INDURSKY, 1999, p. 174).

Na ausência de uma cena discursiva de interlocução, é a imprensa que dá visibilidade ao movimento e produz discursos sobre ele, interpretando fatos, colocando-se numa posição intermediária entre um acontecimento e a população. O discurso jornalístico é uma modalidade de “discurso sobre”, ou seja, sob um efeito de distanciamento, o jornalista fala e torna sua fala um objeto. Com a devida distância, ele pode falar de um lugar neutro, de observador, pois não é protagonista do objeto de sua fala, “[...] podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão” (MARIANI, 1998, p. 60, grifos da autora).

Como resultado da prática jornalística ocorre um efeito de homogeneização. Os dizeres possíveis são institucionalizados no discurso jornalístico pela narratividade, ou seja, pelo fio do discurso. Entretanto, para depreender a argumentação da imprensa é preciso ir além do fio do discurso e analisar o processo discursivo. Conforme Indursky, “[...] a argumentação, aos passar do fio do discurso para o discurso, se desestrutura. Apenas o Interdiscurso, lugar da memória do dizer, pode reunir o que as FD separam” (2003, p. 57). Ou seja, para perceber a argumentação construída pela imprensa e preciso examinar o processo discursivo. Indursky complementa:

No processo discursivo, não estamos mais face a um locutor, mas diante de um sujeito historicamente determinado que, por esta razão, diz apenas o que sua posição-sujeito lhe determina/permite dizer, ignorando/silenciando os argumentos do outros sujeito histórico, desqualificando, por este viés, os saberes deste outro, que é seu antagonista ideológico. (2003, p. 64).

O processo discursivo deslineariza a argumentação da imprensa, desmembrando o enunciado, construindo uma estrutura vertical de argumentação, ancorada por uma rede discursiva de formulações.

Observe a sequência discursiva (Sd) 1, extraída da notícia “Black blocs vandalizam centro de São Paulo em ato contra Temer”, publicada em seu portal de notícias na internet no mesmo dia da aprovação do impeachment, em 31 de agosto de 2016:

Sd1: A ação de vândalos mascarados transformou um protesto contra o impeachment de Dilma Rousseff em cenário de depredação nesta quarta-feira em São Paulo. Os baderneiros atiraram pedras e rojões em cima dos policiais, que revidaram com bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral na altura da Praça Roosevelt, no Centro da capital paulista. Depois, os black blocs se dispersaram pelas ruas, montando barricadas e ateando fogo a lixo nas vias.

Ao discursivizar as ações dos black blocs, a Revista Veja faz uso de designações que evocam uma rede discursiva de formulações, as quais revelam a inscrição do sujeito-jornalista numa FD que ousa denominar de conservadora.

O sujeito jornalista utiliza designações que determinam discursivamente os black blocs como vândalos, revelando pistas no discurso de que foi capturado pela ideologia conservadora, cujo imaginário é construído pela ação dos Aparelhos Repressores de Estado (ARE), que age diretamente contra as ações do movimento. Segundo Althusser (1999, p. 70), “o aparelho (repressivo) do Estado



funciona predominantemente através da repressão (inclusive a física) e secundariamente através da ideologia”.

Esse sujeito jornalista se inscreve numa posição-sujeito dominante dentro de uma FD conservadora, uma FD antagônica à FD em que se inscrevem os black blocs e que se apoia em saberes tradicionais, na defesa das instituições constituídas e em políticas neoliberais, além de rejeitar processos revolucionários ou qualquer contestação da ordem vigente. As designações “vândalos mascarados”, “depredação” e “baderneiros” determinam discursivamente os black blocs. Todas as expressões remetem ao imaginário do sujeito jornalista e da Revista Veja sobre os black blocs,. Enquanto que na FD dos black blocs, embora seja uma FD bastante heterogênea e dinâmica, tais atos significam a contrariedade ao capitalismo e à globalização.

Esse modo de a imprensa referir aos black blocs ecoa na forma de discurso-transverso outros efeitos de sentidos, que, geralmente, vêm ligados às manifestações populares de pobres urbanos e de rebeliões em diversas partes do mundo. Pelo interdiscurso, outros efeitos de sentidos funcionam nessa materialidade, os quais remetem a pessoas nas ruas fazendo arruaça e saques, promovendo quebra-quebras.

Assim, como explica Zoppi Fontana (1999, p. 212), “[...] é em relação às outras designações com as quais se encontram em relação parafrástica no arquivo que as designações fixam seu objeto de referência”.

A estabilização de formas lógicas como “manifestação” podem produzir efeitos de sentido diversos em outras formulações.

Veja a Sd2:

Sd2: Os vândalos ainda depredaram agências bancárias, lojas, pontos de ônibus, placas de publicidade e uma cafeteria — dentro da qual havia clientes. Este é o terceiro ato contra o impeachment realizado nesta semana que acaba em conflito. Após a confusão inicial, os mascarados se espalharam por vários pontos do centro, deixando um rastro de destruição por onde passavam. Uma viatura da Polícia Civil foi vandalizada e a sede do jornal *Folha de S. Paulo*, pichada.

Na Sd 2, entendo que a inscrição do sujeito jornalista na FD conservadora é um efeito-sujeito, pois se identifica com a posição-sujeito dominante que compõe a forma-sujeito fragmentada da FD. Uma posição-sujeito que preza pela ordem, pela obediência aos governantes, pela eliminação das contradições. Novamente aparecem os termos “vândalos” e “depredaram”. A ênfase é na associação das manifestações à destruição. “Rastro de destruição” desqualifica o ato. Esses saberes que sustentam a FD na qual se inscreve o sujeito jornalista da Revista Veja estão dispersos no fio do discurso e, conforme Indursky, “para percebê-la, é preciso mergulhar na dispersão do processo discursivo em exame” (2003, p. 59).

O ato de depredar agências bancárias, placas de publicidade, viatura da polícia e prédios da imprensa é bastante simbólica, como já mencionei. Na FD em que os black blocs se inscrevem, significa repúdio ao próprio sistema capitalista, mas em nenhum momento a Revista Veja fez referência aos objetivos e origens dos black blocs.



O “conflito” referido na Sd2, embora não seja explicitado, é entre a polícia e os black blocs. E a polícia, sendo a um aparelho repressor de Estado, representa a lei, a regulação da sociedade, a organização dos poderes. Reporto-me à Rancière, que afirma:

Chamamos geralmente pelo nome de política o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-la de polícia. Sem dúvida, essa designação coloca alguns problemas. A palavra polícia evoca comumente o que chamamos baixa polícia, os golpes de cassetete das forças da ordem e as inquisições das polícias secretas. Mas essa identificação restritiva pode ser considerada contingente (1996, p. 41).

A existência da política está associada à existência de dois processos que Rancière denomina heterogêneos: o policial, de regulação e da lei, e a igualdade. Para haver política, essas duas lógicas devem se entrecruzar. Convém ressaltar que o autor assim define polícia:

[...] uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído (1996, p. 42).

O entrecruzamento entre política e polícia, nos termos definidos por Rancière, e a constituição da democracia sob esse paradoxo é o que a torna um “sistema de consenso”, que aceita a impossibilidade de atingir a igualdade plena e de incluir e representar a todos.

Dessa forma, nas Sds 1 e 2 o sujeito jornalista não reconhece o saber dos black blocs como legítimo, desqualificando-o.

Na obra *Microfísica do poder*, capítulo “Sobre a justiça popular”, Michel Foucault fala do poder das massas sobre a justiça burguesa e sobre a forma como a justiça é exercida nos tribunais. Para ele, a justiça serve de instrumento aos interesses de quem detém o poder. Segundo Foucault, “[...] a Justiça, tal como funciona enquanto aparelho de Estado, só pode ter por função dividir internamente as massas” (2012, p. 126). A única forma de garantir a justiça para o povo é dando o controle a ele. “[...] um ato de justiça popular não pode atingir a plenitude da sua significação se não for politicamente elucidado, controlado pelas próprias massas” (2012, p. 122). Assim, a justiça popular é um importante meio de resistência das classes oprimidas. Aqui fica claro que não são esses saberes que regulam a FD em que os sujeitos jornalistas da Veja se inscrevem.

Atente para a próxima sequência discursiva:

Sd3: O ato começou por volta das 18 horas em dois pontos, na Praça do Ciclista e no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), na Avenida Paulista. O maior alvo dos manifestantes era o presidente Michel Temer, a quem chamavam de “golpista”. “Não vai ter arrego” e “Fora Temer” foram alguns dos gritos proferidos pelo grupo. A Polícia Militar não divulgou o número de participantes da manifestação.

A Sd3 fala em “manifestantes” e é a primeira vez na notícia que o sujeito jornalista faz referência ao povo, aos demais manifestantes não ligados aos black blocs, presentes no protesto.



Embora ao utilizar a expressão “grupo”, cria-se um efeito de unicidade, de homogeneidade dos manifestantes, pois todos são determinados como vândalos.

Já a Sd 4, se colocada em contraste com as demais Sds, a Sd4 traz a visão de um protesto pacífico e ordeiro e, assim, aceito pelo Estado, dentro do que pode e deve ser dito da FD conservadora. Veja:

Sd4: Simultaneamente, um ato menor em celebração à cassação da petista ocorria na frente da sede da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), na Avenida Paulista. Vestidos de verde e amarelo, os manifestantes comemoraram o afastamento definitivo de Dilma com bolo e champanhe. A Tropa de Choque da PM fez um bloqueio entre o Masp e a Fiesp para evitar o encontro do público dos dois atos.

A presença da Tropa de Choque da PM é justificada “para evitar o encontro do público dos dois atos”, como se a função não fosse reprimir a todos que atentassem contra a ordem das coisas, mas proteger dos “vândalos” aqueles que celebravam de camisa verde e amarela o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Essas considerações não são possíveis se observarmos apenas o fio do discurso. Elas só se tornam possíveis através do processo discursivo, pois, conforme Indursky,

[...] a estruturação horizontal permite a visualização, no nível do fio do discurso, dos argumentos das partes em litígio, enquanto a estruturação vertical não proporciona esta visibilidade, pois os argumentos estão dispersos no processo discursivo, reunidos virtualmente em redes discursivas antagônicas de formulação, que representam o amplo espectro de argumentos de cada uma das posições-sujeito em litígio. (2003, p. 64).

A apreensão da posição do sujeito jornalista nos recortes só é possível se passarmos da linearidade e da horizontalidade para uma estrutura vertical de argumentação que abarca uma rede de formulações discursivas e diferentes vozes que se entrecruzam.

Cabe mencionar que muitas manifestações têm registrado atos violentos que não estão ligados à tática black bloc. Aproveitando-se do desconhecimento de grande parte da população que não entende a estratégia simbólica dos black blocs e desaprova os atos de violência, alguns grupos (com suspeita de participação da própria polícia) têm se infiltrado para deslegitimar, e até encerrar, essas manifestações.

Entendo que esse não é caso da notícia analisada neste trabalho. Considerando que a tática black bloc se opõe às formas de democracia representativa existentes e que a ação relatada na notícia refere-se ao afastamento da então presidenta Dilma Rousseff, analiso tal ação como uma resposta do movimento ao golpe à democracia chancelado pelos políticos.

Como efeito de fechamento, pode se dizer que os sujeitos adeptos à tática black bloc não têm lugar legitimado de fala, nem mesmo a intenção de ter. A voz dos black blocs só pode ser ouvida nas ruas, no exato momento de sua ação. Depredação e pichação são modos de discursivizar a contrariedade ao Estado, ao sistema, e de se fazer visto e ouvido. Com suas ações, expõem que violência para o Estado e seus aparelhos repressores é danificar o patrimônio público ou das grandes



corporações revelando um paradoxo: a polícia age com violência na defesa de bens materiais, ferindo os corpos dos sujeitos que deveria proteger.

Ao produzirem suas cenas discursivas, os black blocs têm seus atos relatados pela grande imprensa, a qual revela a interpelação numa formação ideológica neoliberal através da inscrição em uma posição-sujeito dentro da formação discursiva conservadora. Essa análise só é possível se observarmos os argumentos dispersos no processo discursivo. É só através do processo discursivo que se pode chegar às diferentes posições-sujeito e às contradições presentes num discurso.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Sobre a reprodução. Trad. de TEIXEIRA, Guilherme João de Freitas. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a justiça popular. In: _____. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.
- INDURSKY, Freda. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: _____. LEANDRO-FERREIRA, M. C. (Orgs.). Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.
- _____. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. Revista da ANPOLL, n. 12, p. 111-131, jan/jun. 2002.
- _____. Argumentação na mídia: do fio do discurso ao processo discursivo - um contraponto. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, n. 27, 2003. p. 55 -66.
- MARIANI, Bethania. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp 1998.
- RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo, Editora 34, 1996.
- ZOPPI FONTANA, Mônica. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999b. p. 202-215.